

Bresser Pereira: inflação não é o grande problema do Brasil; o problema é crescer mais

By Paula Arend Laier

Portal do Trading Brazil da Thomson Reuters, 10.4.2012

Nesta terça-feira, **Luiz Carlos Bresser-Pereira**, economista e professor emérito da FGV, participou do chat do Trading Brazil, comentando sobre a economia brasileira e as medidas do governo para estimular a indústria e frear a valorização do real, entre outras questões.

Na visão do ex-ministro da Fazenda, há muito que a inflação não é o grande problema da economia brasileira. “O problema é crescer mais. É crescer a taxas pelo menos apenas dois terços da taxa de crescimento média dos outros BRIC’s. E, para isso, o mínimo que se pode fazer é tomar as medidas que o governo está tomando.”

Ele também disse que não há razão lógica para o nível de juros no Brasil. “A taxa de juros real no Brasil pode ser um pouco maior do que a internacional. Como hoje esta é negativa, deveria ser em torno de 1% a 2%. A inflação está em queda no Brasil. O que revelou a correção das medidas do Banco Central de reduzir a taxa de juros, surpreendendo o Mercado.”

Confira a entrevista que durou cerca de 1h

TRADING BRAZIL: No início do mês, o governo anunciou uma série de medidas de incentivo à indústria, que o setor elogiou, porém achou que poderia ter vindo mais. Qual o limite de atuação do Estado nessa direção sem que substitua o papel do setor privado na formação bruta de capital fixo? E qual a sua avaliação sobre as ações do governo nesse sentido?

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA: O governo está desenvolvendo uma política industrial para tentar interromper a desindustrialização. Eu sempre fui a favor de política industrial, porque todos os nossos concorrentes a praticam. Mas, a política industrial não tem capacidade de substituir a política macroeconômica em relação à taxa de juros e principalmente a de câmbio. Não é através dela que o governo vai impedir os efeitos maléficos da sobreapreciação crônica da taxa de câmbio.

TB: Ainda nessa questão, esses incentivos; mais o esforço em baixar os juros no crédito pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; mais a queda dos juros nominais; não podem criar condições para alta da inflação no próximo ano?

LC: Há muito que a inflação não é o grande problema da economia brasileira. O problema é crescer mais. É crescer a taxas pelo menos apenas dois terços da taxa de crescimento média dos outros BRIC's. E, para isso, o mínimo que se pode fazer é tomar as medidas que o governo está tomando.

TB: Em relação ao câmbio, professor, o senhor defendeu em alguns artigos as medidas tomadas para o controle da valorização do real/fluxo de entrada de capitais. Por que essas ações seriam mais eficazes do que reformulações reestruturais, cortes de impostos, como o senhor mesmo citou, argumentos da ortodoxia neoliberal?

LC: Para os economistas neoclássicos ou ortodoxos, a solução milagrosa para todos os problemas é cortar impostos/despesas e diminuir o déficit público. Para o keynesiano vulgar, é aumentar o déficit público. Nosso problema não se resolve dessa maneira, mas mantendo responsabilidade fiscal e adicionando a ela responsabilidade fiscal: não incorrer em déficit em conta corrente. E, assim, administrar a taxa de câmbio.

TB: O governo tem preferido usar o termo 'defesa em detrimento de protecionismo', mas as recentes ações, incluindo o controle de capital por meio de maior taxa não pode ser entendido no exterior como uma forma de protecionismo comercial? Particularmente, em um período que órgãos internacionais alertam sobre o risco de isso se fortalecer.

LC: O Brasil não pratica protecionismo, mas "desprotecionismo". As modestas medidas de política industrial não compensam de forma nenhuma a taxa de câmbio gravemente sobreapreciada. Para compensá-la, precisaríamos de elevadíssimas tarifas de importações e elevados subsídios de exportação. Foi o que fizemos nos anos 1970, mas hoje é inviável.

TB: Em alguns textos, o senhor cita a cena externa como culpada pelo quadro no câmbio no Brasil. Qual o seu cenário para o ambiente econômico internacional no médio prazo?

LC: O quantitative easing certamente acaba apreciando o real. Mas é inútil reclamar. O certo é o Brasil tratar de seus interesses e

administrar sua taxa de câmbio. Impossível? De forma alguma. Mas, para isso, o governo precisa de apoio na sociedade, porque implica pequena baixa nos salários reais e aumento temporário da inflação.

TB: Qual é a taxa de juros que é factível para a atividade brasileira neste ambiente?

LC: Não há razão lógica para a alta taxa de juros existente no Brasil. O juro é alto aqui porque "se convencionou" que assim deve ser. Para grande felicidade dos rentistas. A taxa de juros real no Brasil pode ser um pouco maior do que a internacional. Como hoje esta é negativa, deveria ser em torno de 1 a 2%. A inflação está em queda no Brasil. O que revelou a correção das medidas do Banco Central de reduzir a taxa de juros, surpreendendo o Mercado.

TB: E não é arriscado um aumento temporário na inflação? O Banco Central, aliás, já anda trabalhando com o IPCA acima do centro da meta há algum tempo.

LC: A inflação está em queda no Brasil. O que revelou a correção das medidas do Banco Central de reduzir a taxa de juros, surpreendendo o mercado.

TB: Parece-me difícil obter apoio da sociedade quando na verdade a indústria continua precisando comprar bens de capital de toda sorte quando se trata de realizar novos investimentos, aqueles que "valem a pena" do ponto de vista macroeconômico. Tornar o câmbio mais caro e não trabalhar nos inúmeros gargalos que tornam todos os outros custos mais altos e, portanto, a indústria menos competitiva lá fora, me parece uma saída meio às avessas para o problema. O senhor não acha?

LC: Não existe a alternativa "administrar o câmbio" versus "investir na infraestrutura". Investir na infraestrutura é e sempre foi fundamental. É um problema de longo prazo. Já o câmbio é um problema de curto prazo; ou deveria ser, porque o governo pode resolvê-lo. Mas, para isso, é necessário que a sociedade e os economistas compreendam que a taxa de câmbio é um "interruptor de luz" que liga ou desliga as boas empresas da demanda internacional.

TB: Como podemos evitar erros ocorridos, por exemplo, com a reserva da informática na década de 80?

LC: Uma boa política industrial é uma política "estratégica" e, portanto, é uma política pontual. A política ampla é a

macroeconômica.

TB: Professor, o senhor fala em não incorrer de déficit em conta corrente. Mas, com uma poupança doméstica estruturalmente baixa, como o Brasil poderá aumentar a relação investimento/PIB?

LC: Através da "poupança externa", ou seja, através de déficits em conta corrente não se aumenta a poupança total e o investimento, porque a apreciação que causa as entradas de capitais apreciam o câmbio e provocam, primeiro, a substituição da poupança interna pela externa e, depois, a crise. A forma correta de aumentar a poupança é aumentando o investimento. E, para isto, além de crédito interno, é necessário que haja uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial que estimule os investimentos.

TB: Gostaria de saber, na opinião do senhor, se de fato podemos falar em mudanças estruturais ocorridas no Brasil que apontem para uma redução permanente do nível dos juros reais de equilíbrio. Quais seriam, a seu ver, estas mudanças e os riscos de curto a médio prazo a elas associados?

LC: Eu tenho muitas reservas quanto ao conceito de "taxa de juros de equilíbrio". Há algum tempo se dizia que era 9% reais. Agora dizem que é de 6%. Estou seguro que a economia brasileira pode crescer sem inflação a uma taxa de juros muito menor. E, para isso, não dependem de reformas estruturais.

TB: Quando o senhor cita a taxa de juro real de 1% a 2%, quais as implicações que isso poderia trazer em relação à poupança?

LC: Taxa de juros não determina a poupança. Essa era uma tese neoclássica que os dados não pararam de refutar, e que Keynes criticou de forma definitiva. Ele rejeitou a "teoria do porquinho" das crianças, e mostrou que é o investimento que determina a poupança.

TB: Desculpe, eu acho que não fui muito clara, mas eu me referia à caderneta de poupança. Aqui do Brasil particularmente.

LC: Quando foi criada a Caderneta de Poupança, em 1964, estabeleceu-se como taxa de juros real mínima 6%. Um absurdo. Absurdo que deu origem à "convenção" de que os juros reais devem ser altos no Brasil. Caderneta de poupança não é uma forma de o povo poupar. A melhor forma para isso é a política econômica criar oportunidades de investimento para os empresários.

TB: E o senhor acha que existe espaço político para alterar as regras?

LC: Espaço político o bom político cria. A caderneta de poupança há muito deixou de render 6%. Houve espaço para essa redução. Por que não haveria para mais redução. Aonde vão as pessoas colocar o dinheiro? Quando não tem alternativa a juros menores, continuam a aplicar onde existe pelo menos algum juro.

TB: O senhor está otimista com o Brasil no médio prazo? Quando o senhor cita que o país tem como problema crescer, o senhor vê isso ocorrendo de forma sustentada no médio e longo prazo?

LC: Desde 1980 o Brasil cresce a taxas insatisfatórias - a taxas muito inferiores às de 1950 a 1980. Cresce menos porque se endividou (crescimento com "poupança externa", porque deixou de neutralizar sua doença holandesa). Ou, em outras palavras, porque deixou de ter juros baixos e câmbio competitivo. Precisamos sair dessa armadilha ortodoxa e antinancional. Eu sou um otimista, e vejo mudanças na política econômica desde que Guido Mantega se tornou Ministro da Fazenda na boa direção. A presidente Dilma é e seria e a primeira economista na presidência. Vamos esperar e torcer para que suas políticas dêem certo.

TB: O senhor fez a diferenciação de Política Industrial e Política macroeconômica. Olhando para o lado político, o senhor não considera oportuno que sejam feitas algumas dessas reformas macroeconômicas que assegurem e sejam o pilar para uma bem sucedida política industrial?

LC: As reformas que ajudam a reduzir o custo Brasil estão principalmente na infraestrutura, e o PAC é a resposta correta para o problema. A reforma macroeconômica mais importante que o governo deveria fazer é a de fazer uma lei "proibindo" que o Estado brasileiro faça qualquer contrato com indexação. Deveria levar em conta a inflação, mas sem índice predeterminado.

TB: Mas, além dessa reforma, uma na área tributária que simplificasse o sistema e tornasse o sistema mais racional seria bem vinda também, concorda?

LC: Sem dúvida é necessário reduzir a complexidade do sistema tributário. Mas, vários governos tentaram e não lograram. Quem hoje entende melhor do que qualquer outra pessoa é o Bernard Appy.